

O Plano Diretor de Mobilidade e Transporte Urbano do DF, a Nova Saída Norte e os Impactos nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e no meio Ambiente.

Adauto Santos do Espírito Santo (*)

O GDF aprovou o Plano Diretor de Mobilidade e Transporte Urbano do DF transformado em Lei em 2011 pela CLDF. Esse plano tem várias questões complicadas.

Nesse Plano tem-se adequações no sistema viário, sendo que um dos novos projetos é o denominado Nova Saída Norte, ligando a Asa Norte à BR 020. Essa Nova Saída Norte passará pelo campus da Universidade de Brasília, Lago Norte, Taquari e chegará até Sobradinho. **Tendo em vista as obras especiais de engenharia, percebe-se que solução adotada apresentará custos elevadíssimos.** A Figura 1 adiante indica esse novo sistema viário em verde.



Figura 1 – Traçado Geral do Projeto da Nova Saída Norte – Em verde

Supostamente, o objetivo desse novo sistema viário é facilitar a ligação dos moradores da parte Norte do DF ao Plano Piloto. Entretanto, o verdadeiro objetivo desse projeto é outro. É implementar um novo parcelamento urbano denominado Setor Habitacional Taquari 2, para receber quase 100 mil novos moradores.

Para viabilizar esse novo sistema viário tem-se a necessidade de construção de duas novas pontes sobre o Lago Paranoá, uma delas no braço onde se encontra a Estação de Tratamento de Água Lago Norte, operada pela Caesb. Será necessária, ainda, a construção de túneis e trincheiras cortando o Lago Norte. A mancha urbana desse novo parcelamento pode ser observado na Figura 2 adiante.

Na imagem 3D da Figura 3 pode-se verificar, claramente, que o futuro empreendimento visa ao atendimento de população de classes média, média alta e alta.

Assim, esse projeto tem como objetivo ofertar imóveis para uma parcela da população do DF que já dispõe de diversos outros empreendimentos implantados ou em fase de implantação.



Figura 2 – Mancha Urbana do novo empreendimento urbano denominado Taquari 2.



Figura 3 – Imagem 3D do novo empreendimento urbano denominado Taquari 2.

Ao se buscar as informações do Censo 2022 é possível verificar que no DF havia cerca de 1,17 milhão de moradias particulares, dos quais 182.657 domicílios se encontravam desocupados (15,58% do total, acima da média nacional que é de 13%). Somente no Plano Piloto havia cerca de 17,4 mil imóveis vazios. **Análises do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF) apontavam, para 2022, um déficit habitacional no DF de 100,7 mil moradias, o que indica que o número de imóveis vazios é superior ao déficit habitacional.**

Os maiores déficits se encontram concentrados nos grupos de média-baixa renda, que representa quase a metade de todo o déficit (48,64%) e de baixa renda (17,33%), que somados, correspondem a 65,97% do total do déficit. A região administrativa da

Ceilândia era a que apresentava o maior déficit, com cerca de 19 mil habitações. **Destaca-se que o empreendimento denominado Taquari 2 atenderá a zero pessoas desses grupos de renda.**

Essa situação também ocorre em outro empreendimento do GDF, denominado **Setor Habitacional Jôquei Clube**, onde se prevê a instalação de uma população total de cerca de 52.000 habitantes, na bacia do córrego Vicente Pires, onde estão localizadas duas das maiores áreas de invasões do DF, denominadas 26 de Setembro e Santa Luzia; entretanto, **nenhum imóvel foi destinado a esses moradores no empreendimento, mas apenas para populações de classe média e média alta.** A Figura 4 adiante ilustra a localização desse parcelamento.



Figura 4 – Parcelamento do Setor Habitacional Jôquei Clube – 52.000 habitantes.

Iguais a esses empreendimentos do SH Jôquei Clube e do Taquari 2 há diversos outros no DF, destinados exclusivamente para as classes média e média alta, não havendo quase nenhum para as classes média-baixa e baixa.

Para se ter uma ideia do absurdo que está acontecendo no DF, o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, estabelece áreas parceláveis que têm capacidade para abrigar cerca de 10 milhões de habitantes, considerando suas taxas de ocupação máximas. A revisão desse PDOT precisa ser interrompida imediatamente, a fim de incluir os resultados do Censo 2022, redirecionando a ocupação urbana do DF para a realidade atual e incluindo novas variáveis como as mudanças climáticas. No momento em que vivemos de profundas mudanças no clima, é inaceitável o GDF implementar parcelamentos urbanos para populações de baixa renda, como é o caso do Residencial Tamanduá em Recanto das Emas, com lotes minúsculos (inferiores a 120 m²) e com taxas de ocupação de 100%. **Para os ricos, ambientes aprazíveis, como os verificados no Jôquei Clube e no Taquari 2. Para os pobres, os impactos negativos**

das mudanças climáticas, principalmente aqueles relacionados ao aumento de temperatura, como se verá no Residencial Tamanduá.

Destaca-se que, passados mais de 64 anos da inauguração da nossa capital, o DF ainda não alcançou população de 3 milhões habitantes. E ao se considerar os resultados do Censo 2022 (2,817 milhões), a população estimada do DF era mais de 400 mil habitantes a menos do que as projeções do IBGE e dos órgãos do GDF para o mesmo ano. E as mais otimistas projeções populacionais para o DF, após os resultados do Censo 2022, apontam para uma população em 2054 na ordem de 4 milhões de habitantes. Esses parcelamentos urbanos para abrigar as classe médias, médias-alta e alta correspondem a uma significativa especulação imobiliária a custo de graves impactos ambientais, pois vão muito além das reais necessidades do DF. Em contrapartida, os déficits para as populações menos favorecidas socialmente vão ficando de lado.

O projeto da Nova Saída Norte, com esse parcelamento denominado Taquari 2, gerará enormes impactos ambientais na bacia do Lago Paranoá, principalmente no braço do ribeirão do Torto, ainda preservado, tendo em vista a existência do Parque Nacional, e onde há uma captação de água para o abastecimento humano. **Nessa área onde pretendem colocar quase 100.000 pessoas existem inúmeras nascentes e quase todas elas serão destruídas.**

O GDF pretende implementar essa Nova Saída Norte a partir de uma PPP – Parceria Público- Privada, por meio da qual pretende repassar a responsabilidade das obras para empresas privadas e, como contrapartida, pretende entregar a esses privados a maioria dos lotes do SH Taquari 2. Parafrazeando o saudoso senador Lauro Campos, essa PPP pode ser denominada de parceria Caracu, onde os privados e o GDF entram com a cara e a população do DF e o meio ambiente entram com o resto, senão vejamos:

Com relação ao **Abastecimento de Água**, no braço do Lago Paranoá formado pelos ribeirões Santa Maria /Torto, que será impactado pela urbanização de uma área para instalar cerca de 100.000 mil pessoas, tem-se uma Estação de Tratamento de Água denominada Lago Norte, com capacidade atual de 700 L/s e com previsão de ampliação para 1.750 L/s (ampliação em mais 1.050 L/s). Esse projeto da Nova Saída Norte com o SH Taquari 2 impactará a quantidade e a qualidade da água aportada ao Lago Paranoá. Destaca-se, ainda, que há a previsão de construção de uma nova ETA próxima à barragem do Lago Paranoá, com capacidade de outros 750 L/s, o que totaliza 2.800 L/s. Todas essas unidades de tratamento serão impactadas negativamente, com o aumento dos custos de operação e manutenção, tendo em vista a redução da qualidade de água. Caso haja redução da quantidade de água disponível, a Caesb será obrigada a buscar novos mananciais, com custos de implantação, operação e manutenção muito superiores aos verificados nas águas captadas no lago Paranoá.

Com relação ao **Esgotamento Sanitário**, os impactos também são significativos. Não se tem como lançar os esgotos tratados dessa população de quase 100 mil habitantes no Lago Paranoá, tendo em vista que a sua capacidade de autodepuração já está no limite. Assim, haverá a necessidade de exportar esses esgotos para a bacia do ribeirão Sobradinho (que já apresenta uma elevada degradação, tendo em vista a significativa ocupação de sua bacia para diversos usos. Essa alternativa piorará substancialmente a situação ambiental do ribeirão Sobradinho). Outra alternativa para os esgotos a serem gerados no Taquari 2 é exportá-los para a bacia do rio Paranoá, a jusante da barragem; entretanto, esse corpo receptor já apresenta fortes problemas ambientais, tendo em vista as vazões de estiagens e a necessidade de se manter o nível de água no Lago Paranoá.

Com relação à **Drenagem Urbana**, certamente a implantação dos dois projetos (Nova Saída Norte e SH Taquari 2) impactará a qualidade e a quantidade de água do Lago Paranoá, reduzindo as vazões de estiagens, tendo em vista a ampliação da impermeabilização do solo. Assim, os impactos descritos no comentário de abastecimento de água se verificam, principalmente pela mudança da cobertura do solo e pela urbanização da área do SH Taquari 2.

Algumas pessoas podem falar que é possível trazer água do rio Corumbá para o abastecimento humano dessas populações adicionais. A questão a se enfrentar é que considerando apenas os custos com energia elétrica para trazer água do Corumbá já fica mais caro que todo o processo de tratamento e distribuição de água captada no Lago Paranoá nas suas áreas de influência. Assim, o sistema de abastecimento de água do rio Corumbá deve ser usado apenas para questões emergenciais, tendo em vista os elevados custos de produção de água, para que não impacte em demasia os valores das tarifas de água e esgotos a serem pagas pela população do DF.

O GDF insiste em promover a urbanização de locais que não apresentam corpos receptores com capacidades suficientes para receber os efluentes produzidos, como por exemplo, o empreendimento denominado DF 140, onde o GDF pretende colocar cerca de 960 mil pessoas (quase 1 milhão de pessoas!). Não se sabe de onde o GDF vai gerar esses habitantes, pois nas estimativas do IBGE a população do DF em 2060 (quando a capital completa 100 anos) será inferior a 3,8 milhões de habitantes. Destaca-se, ainda, que, segundo o IBGE, o Brasil, como um todo, deve atingir o pico populacional por volta de 2047. Após esse ano, a população deverá ser declinante. Especificamente para o DF, o IBGE entende que poderá seguir uma tendência semelhante, podendo, entretanto, ocorrer após o ano 2050.

Nas áreas onde não se tem corpos receptores suficientes isso implica na necessidade de exportação de esgotos para outras bacias, com elevados custos de implantação, operação e manutenção, além de elevados níveis de depuração nos processos de tratamento de esgotos e aumento substancial nos valores das tarifas.

Infelizmente, quem paga por tudo isso é e sempre será a população do DF.

(*) Engenheiro Civil e membro da Abes/DF